Página PT 13

Nº 88 JUNHO/2010

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

DILMA Presidenta

Esta edição de *Página 13* circula na Convenção que oficializa a candidatura de Dilma Rousseff

EDITORIAL

Esta edição de *Página 13* circula simultaneamente à Convenção que oficializará a candidatura de Dilma Roussef à presidência da República. O cenário geral da eleição, o programa da candidatura da direita, o fracasso da ultraesquerda, bem como o papel jogado pela candidatura Marina, são analisados nas páginas 7, 8 e 9. E o cenário internacional é abordado nas páginas 14 e 15.

Também nestes dias começa a ser discutido o programa oficial da candidatura. O PT participará desta discussão tomando como base as Diretrizes aprovadas no IV Congresso (ver www.programadegovernodopt.org.br) e os debates que vem sendo travados desde então, para os quais contribuímos nesta edição com artigos sobre cultura e saúde. Destacamos, também, a importância das contribuições aprovadas na Assembléia dos Movimentos Sociais e na Conferência das Classes Trabalhadoras, realizadas em 31 de maio e 1 de junho, respectivamente.

Na véspera da Convenção, o Diretório Nacional do PT terá decidido sobre a política de alianças em alguns estados, como o Maranhão, sobre o qual recomendamos a leitura da carta de Manoel da Conceição ao presidente Lula (pp. 10 a 12).

*

Esta edição é dedicada ao povo palestino. Sua luta é nossa luta.

OPINIÃO

Todas seremos

*Ane Cruz**

Essa será a primeira eleição presidencial desde 1989, que Lula não será candidato. Todos e todas nós militantes, bem sabemos das dificuldades que foi sair às ruas para fazer campanha, para levar a palavra ao povo e tirar os argumentos mais sinceros de que era necessário elegermos um projeto democrático e popular para o Brasil. E assim o fizemos e, depois, re-elegemos Lula e nosso projeto, transformando a vida dos brasileiros e a imagem do Brasil diante do mundo.

Neste contexto Dilma Roussef torna-se Ministra-chefe da Casa Civil, a coordenação geral do governo, por onde passavam todas as leis, as medidas provisórias, os decretos, os grandes programas do governo. Esse contato diário que Dilma teve com Lula, fez com que ambos estreitassem as relações: "o Presidente confia em mim para que o nosso projeto de país seja um projeto bem sucedido, e essa confiança do Presidente em mim faz com que esse desafio que eu tenho pela frente... eu vou honrá-lo, eu vou defender esse projeto, vou garantir que ele avance e isso que eu chamo de uma nova era que nós abrimos no governo Lula, eu vou garantir a continuidade".

Com o Governo Dilma, nós mulheres seremos todas presidentas do Brasil, este é o sentimento que temos que ter nesta campanha

No atual governo, a população brasileira, os mais pobres desse país reconstruíram a expectativa de futuro e podem tê-la ainda, porque com Dilma na Presidência "nós vamos continuar essa expectativa, nós demos um início a isso, mas ainda tem muita para tirar da pobreza, são milhões e milhões de brasileiros e brasileiras, para a gente continuar melhorando as condições de vida".

Nós brasileiros e brasileiras precisamos confiar no cumprimento dos nossos desafios e honrar as nossas causas como diz Dilma. Nós mulheres bem sabemos o quão perversa é a cobrança que sofremos em nosso cotidiano para dar conta de nossas tarefas e assumir nossos compromissos.

Com o Governo Dilma, nós mulheres seremos todas presidentas do Brasil, este é o sentimento que temos que ter nesta campanha com um olhar de que as gritantes diferenças que existem ainda entre homens e mulheres neste país sejam superadas. A vida das mulheres mudou e pode mudar mais com Dilma Presidenta. ★

*__Ane Cruz__ é militante petista e feminista

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Direção Nacional da AE: Direção Nacional da AE: Adriano Oliveira (RS), Altemir Viana (AM), Ana Lúcia Vieira (SE), Angélica Fernandes (SP), Bruno Elias (TO), Beto Aguiar (RS), Célio Antonio (SC), Expedito Solaney (PE), Fábio Pessoa (PA), Fernando Nascimento (PE), Iole Iliada (SP), Ivan Alex (BA), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jairo Rocha (MT), José Fritsch (SC), José Ricardo (DF), Larissa Campos (MG), Laudicéia Schuaba Andrade (ES), Lício Lobo(SP), Mário Cândido de Oliveira (PR), Marcel Frison (RS), Marcelino Gallo (BA), Marcelo Mascarenha (PI), Múcio Magalhães (PE), Olavo Brandão (RJ), Pedro Moreira (MG), Pere Petit (PA), Rafael Pops (DF), Rosana Ramos (DF), Rosana Tenroller (RS), Rodrigo César (RJ), Rubens Alves (MS), Thalita Coelho (PA), Valter Pomar (SP).

Edição: Valter Pomar **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (Mtb 28961) **Secretaria Gráfica:** Edma Valquer **Assinaturas:** Sirlei Augusta Chaves e-mail: chaves.sirlei@gmail.com **Endereço para correspondência:** R. Silveira Martins,147 conj. 11- São Paulo/SP CEP 01019-000

A agenda da Classe

*Ismael José Cesar**

Somente a candidata Dilma Roussef terá as condições para implementar o programa aprovado pela classe trabalhadora. José Serra tratou todas as greves como caso de polícia e atacou duramente os direitos dos trabalhadores quando foi governador.

Mais de 25 mil trabalhadores do campo e da cidade estiveram no Estádio Pacaembú, em São Paulo, no dia 01 de junho, para discutir e aprovar a agenda da classe trabalhadora para um projeto nacional de desenvolvimento com soberania, democracia e valorização do trabalho. A iniciativa foi da CUT, CGTB, Força Sindical, CTB e Nova Central, sendo que a CUT colocou quase a metade dos presentes neste mega evento.

Ocorrido dois dias após o criminoso ataque do Exército de Israel contra um navio de ativistas pró-palestinos, a Assembléia Nacional da Classe Trabalhadora repudiou com veemência ao ataque, e exigiu o fim do bloqueio a faixa de Gaza, e que a ONU condene o governo de Israel pelo massacre.

O projeto aprovado será encaminhado as candidaturas à Presidência da República, e tem o firme propósito de reafirmar as bandeiras históricas dos trabalhadores, sinalizando que não aceitaremos nenhum retrocesso nas conquistas obtidas, e que é nessário avançar ainda mais na ampliação de direitos, para que possamos construir de fato um país mais igualitário, democrático e soberano.

A Agenda aprovada consta de seis eixos: 1) Crescimento com distribuição de renda e fortalecimento do mercado interno; 2) Valorização do trabalho decente com igualdade e inclusão social; 3) Estado como promotor do desenvolvimento socioeconômico e ambiental; 4)Democracia com efetiva participação popular; 5) Soberania e integração internacional; e 6) Direitos sindicais e negociação coletiva. Cada eixo foi devidamente detalhado em dezenas de diretrizes e de ações, sendo aprovado ainda, um Manifesto que consta a estratégia a ser desenvolvida para alcançar os seis eixos.

O Manifesto aprovado faz um dura critica as políticas neoliberais e afirma que, para combater às crises criadas pelo sistema capitalista, é preciso fortalecer os laços de solidariedade e de cooperação internacional, de forma a potencializar a luta por novos modelos de desenvolvimento sustentável. Portanto, é necessário negar alternativas aparentemente fáceis do protecionismo e da xenofobia, e reafirmar a consciência de classe para enfrentar os problemas globais que ameaçam a todos.

Para dar expressão a unidade dos trabalhadores, a Conferência Nacional apresentou um conjunto de propostas que ajudam a pavimentar o caminho do desenvolvimento, como reafirmar o papel do Estado como indutor e promotor do desenvolvimento através de reformas estruturais, como a tributária, que vise a progressividade dos impostos e a taxação das grande fortunas e propriedades; a reforma do sistema financeiro com a vistas a ampliar a oferta de crédito para financiar investimentos produtivos; e a reforma política baseada no financiamento público das campanhas; o fim do fator previdenciário; a reforma agrária e urbana.

A realização desta Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, combinada com a realização no dia anterior, da Assembléia Nacional dos Movimentos Sociais, que também aprovou um Projeto Brasil a ser entregue aos candidatos, sinalizam que os trabalhadores brasileiros não aceitam a retirada de direitos e conquistas, como por exemplo, a política nacional de valorização do salário mínimo, com aumento real do salário para 2011.

Além do que, reafirmam a necessidade de ampliação de conquistas, como a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem a redução de salários, ratificação da Convenção 158 (que coíbe a dispensa imotivada); pela valorização dos servidores públicos, com a regulamentação da negociação coletiva para o setor; por uma nova política de comunicação, que democratize o direito à informação; e para que os recursos do pré-sal sejam utilizados na erradicação da pobreza e das desigualdades sociais.

Foi proposto ainda, a valorização da educação pública, gratuíta e de qualidade em todos os níveis, o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e uma efetiva política de segurança pública democrática, e o fortalecimento do PAC.

Havia uma expectativa de que a candidata Dilma Roussef estaria na Conferência, e que seria entregue a ela a Plataforma da Classe Trabalhadora. Em que pese a definição das cinco centrais em apoiar a sua candidatura, decidiu-se pela entrega do documento para todos os candidatos e não houve acordo da presença da ex-ministra no evento.

Mas somente a candidata Dilma Roussef terá as condições para implementar esta agenda aprovada pela classe trabalhadora. O candidato José Serra, como ex- ministro de Fernando Henrique, ex-governador de São Paulo, tratou todas as greves como caso de polícia; criminalizou as lutas dos movimentos sociais; atacou duramente os direitos dos trabalhadores no estado; defendeu abertamente as privatizações e o estado mínimo.

O certo é que os trabalhadores terão um lado nesta disputa. Milhões de brasileiros se viram representados nesta histórica Conferência do Pacaembú, e a forma de ver concretizado esta platafoma, mesmo com muita luta, é votando em Dilma Roussef na eleição de outubro. ★

Foto: Dino Santos

***Ismael Jose Cesar** é Diretor da CUT/DF

Propostas para a saúde

*Ricardo Menezes**

Apresentamos, na seqüência, propostas para o Programa de Governo da candidata do PT à presidência da República, remetidas ao Setorial Nacional da Saúde do PT.

1. FINANCIAMENTO

Aumentar, com urgência, os recursos públicos para o Sistema Único de Saúde (SUS), por meio de:

a) complementar a votação do projeto de lei complementar (PLC) que regulamenta a Emenda Constitucional 29/2000, que trata do financiamento da Saúde, e estabelece mecanismos de fiscalização da alocação de recursos na Saúde pelos três entes federados. Tal regulamentação evitará que despesas estranhas ao setor sejam consideradas despesas com Saúde. O PLC foi aprovado por unanimidade no Senado Federal em abril de 2008 e encontra-se tramitando na Câmara dos Deputados desde maio de 2008;

b) por ser a Saúde um setor intensivo em utilização de mão-de-obra, retirar as despesas com funcionários ativos que executam as ações e serviços públicos de saúde, do cálculo com despesas de pessoal previsto na lei de responsabilidade fiscal;

c) extinguir a Desvinculação de Recursos da União (DRU) para a saúde;

d) realizar, efetivamente, o ressarcimento ao SUS por atendimentos públicos realizados aos usuários de planos e seguros de saúde;

e) adotar progressiva diminuição da imensa renúncia fiscal (pessoa jurídica e pessoa física) e de desonerações as mais diversas, patrocinadas pela União.

2. RECURSOS HUMANOS

Para garantir o caráter público e universal do Sistema de Saúde, as esferas federal, estadual e municipal devem prover:

a) direitos trabalhistas e previdenciários aos trabalhadores da saúde;

b) em face das diversidades regionais existentes no país, a União, em articulação com estados e o Distrito Federal, deve criar e implantar, no SUS, carreiras estratégicas e nacionais, visando prover o Sistema de quadros técnicos de alta qualificação submetidos a processos de seleção e de promoção baseados em critérios meritocráticos;

c) atender plenamente às necessidades qualitativas e quantitativas de recursos humanos na Saúde, inclusive com a ampliação e adequação do aparelho formador às necessidades de expansão e consolidação do SUS.

3. INSTITUIÇÕES

a) acabar com a iniqüidade e a desigualdade que se verifica no atendimento aos cidadãos prestado por instituições públicas, especialmente hospitais públicos, que mantém “dupla porta” – uma para o cidadão que não compra serviços no mercado e outra para o que compra –, por meio da proibição do credenciamento das instituições públicas pelos planos e seguros de saúde;

b) ampliar as Unidades de Saúde (dotadas de médicos, dentistas, enfermeiros e outros profissionais), inclusive seus serviços de pronto atendimento, os serviços de assistência às urgências e emergências e os serviços de diagnóstico e terapêutica (atenção primária), de modo a garantir o acesso a esse nível de atenção à saúde a toda a população brasileira;

c) garantir a articulação entre a rede de prestação de serviços de atenção primária e as redes de serviços de atenção secundária e terciária, de modo a propiciar o acesso aos serviços de diagnóstico e terapêutica de alta complexidade, bem como à internação hospitalar, a toda a população brasileira;

d) em relação a Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), o SUS deverá priorizar as ações e serviços de vigilância sanitária de serviços de saúde, de produtos de interesse da saúde e de ambientes e processos de trabalho, mediante:

d.1. intenso protagonismo da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), no desenvolvimento de ações e serviços de vigilância sanitária de serviços de saúde, especialmente quanto aos serviços de saúde de alta complexidade e aos estabelecimentos de interesse da saúde que exponham a riscos seus usuários;

d.2. intenso protagonismo da ANVISA/MS no desenvolvimento de ações e serviços de vigilância sanitária relativos aos seguintes produtos de interesse da saúde: produtos para saúde, cosméticos, perfumes e produtos de higiene pessoal e saneantes domissanitários;

d.3. manutenção da priorização no desenvolvimento de ações e serviços de vigilância sanitária referente aos medicamentos. A ANVISA deverá proceder à revisão dos medicamentos registrados no país, com a finalidade de eliminar a comercialização daqueles que não possuem segurança e eficácia terapêutica comprovadas;

d.4. intenso protagonismo da ANVISA/MS no desenvolvimento de ações e serviços de vigilância sanitária relativos aos ambientes e processos de trabalho.

4. GESTÃO

a) melhorar a gestão do SUS, incorporando métodos e tecnologias que sejam adequados para a ampliação e consolidação de um Sistema público e universal, portanto;

b) demandar ao Supremo Tribunal Federal (STF) que acelere o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade (ADIN) proposta em 1998, pelo Subprocurador Geral da República, Wagner Gonçalvez, em face da lei federal nº. 9.637, de 18.5.1998, que *Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, dentre outras disposições*.★

***Ricardo Menezes** é médico sanitarista e militante do PT-SP

Incluir na pauta

Pedro Vasconcellos*

Podemos ter na cultura uma excelente possibilidade de fundar o novo país que estamos construindo em valores como a solidariedade, os direitos humanos e a promoção da diversidade cultural.

O Brasil nos últimos anos deu um salto qualitativo muito grande na área da Cultura. O que antes, era tratado como elemento decorativo das políticas públicas, ou visto de forma utilitária por diversas organizações políticas, de esquerda ou de direita, hoje tem um protagonismo muito grande e um fortalecimento institucional e político que precisa ser reconhecido. A cultura, no campo das políticas públicas tem que ser pensada de forma ampla e com o foco principal na universalização do acesso. Como diz a Constituição Federal, todo cidadão brasileiro tem direito ao acesso aos bens e serviços culturais que o país produz.

Na verdade neste aspecto os dados demonstram que a profunda desigualdade social do Brasil, também se expressa no acesso à cultura. Segundo dados do Ministério da Cultura, e do IBGE, menos de 10% da população brasileira, frequenta cinemas, teatros, museus ou espetáculos artísticos de qualquer natureza. Uma parcela muito pequena da população tem acesso aos filmes, aos livros, as músicas que são produzidas pela nossa diversidade cultural. A grande indústria cultural, articulada com a indústria midiática define 90% da programação de filmes e músicas que os brasileiros consomem nas rádios e nas TVs, e produzem esses fenômenos muito característicos do Brasil de ascensão e queda meteórica de artistas de péssima qualidade, que não raro, são uma mistura mal feita da nossa cultura popular com uma roupagem norte - americanizada.

No governo Dilma, nosso principal desafio é enfrentar de maneira séria e eficiente a exclusão cultural que ainda assola o Brasil. Não é razoável que um país com 190 milhões de habitantes, ainda tenha mais de 150 milhões de pessoas que nunca assistiram sequer a um único filme nacional dos 300 que em média temos produzido por ano. Que a grande maioria dos nossos mais de 5500 municípios, não contem com nenhum equipamento cultural público seja uma biblioteca, um museu, um centro cultural ou um teatro. E que o acesso ao livro, bem cultural de papel tão relevante para a formação cultural de qualquer país, seja tão restrito a uma pequena elite intelectual, que compra livros, mas não os lê, como demonstrou recente pesquisa publicada.

Para que as pessoas possam ter acesso gratuito à cultura que produzimos no Brasil e no mundo - porque quem domina o nosso mercado cultural ainda são os enlatados norte-americanos – é preciso que tenhamos uma extensa e qualificada rede de equipamentos culturais públicos, com programação qualificada de acesso irrestrito a grande maioria da população. Para que isso se viabilize, precisamos garantir recursos dos municípios, dos estados e da união, através do Sistema Nacional de Cultura, que garantam a execução das políticas atuais, como os Pontos de Cultura e tantas outras possibilidades, com participação ativa da sociedade na definição das prioridades. A grande maioria dos trabalhadores da cultura sejam artistas, produtores, técnicos, criadores ou gestores, ainda vivem na informalidade. Mesmo a cultura respondendo por quase 6% do PIB nacional. É sem dúvida um desafio de enorme complexidade tendo em vista os diversos aspectos e as diversas questões a serem enfrentadas, mas isso não pode ser a desculpa para que o estado não ocupe seu papel de garantir as condições para quem produz e garantir o acesso a quem não tem.

Tem sido dito, que nos grandes saltos de desenvolvimento econômico do Brasil, esses processos sempre vieram acompanhados por uma farta produção intelectual e artística, como na década de 30 e na década de 60. Atualmente estamos vivendo um ciclo importante do nosso processo de desenvolvimento, mas não se percebe como em outros momentos essa efervescência cultural e intelectual. De fato temos que pensar numa perspectiva de futuro, que valores vão orientar essa imensa massa de trabalhadores que aumentou sua renda, saiu da miséria ou subiu de classe social (como simplificam alguns), pois no campo da disputa de hegemonia podemos estar construindo silenciosamente uma massa de brasileiros que são completamente hegemonizados pelos valores neoliberais do individualismo, da competição e do consumismo exacerbado. O projeto neoliberal soube sedimentar muito bem a sua visão de mundo, inclusive na base social das políticas sociais do governo Lula.

Cabe a nós agora enfrentar essa questão cultural, como um elemento estratégico de grande relevância para o sucesso de nosso projeto nacional democrático e popular. Pois podemos ter na cultura uma excelente possibilidade de fundar o novo país que estamos construindo em valores como a solidariedade, a defesa dos direitos humanos e a promoção da diversidade cultural. E assim viabilizar subjetivamente as transformações históricas tão profundas que precisamos realizar no Brasil e na América Latina. ★

***Pedro Vasconcellos** é Secretário de Cultura de São Leopoldo

---

NOTA DO MOVIMENTO LUTAFENAJ!

Mais um crime bárbaro de Israel contra a Humanidade

O Movimento LutaFenaj! expressa o seu total repúdio ao brutal e inadmissível ataque israelense à flotilha humanitária que se dirigia a Gaza. É absolutamente intolerável e desumano que Israel mantenha o bloqueio por terra e mar a Gaza e a Cisjordânia e que continue tratando a Palestina como se fosse a extensão de seu quintal no Oriente Médio.

O ataque israelense é prova cabal do terrorismo de Estado imposto por Israel há décadas contra o povo palestino, com a cumplicidade abjeta dos Estados Unidos. Por isso, reafirmamos o nosso mais veemente repúdio a atitude vil de um governo fascista e gângster, que se julga no direito de decidir sobre a vida e a morte dos palestinos e daqueles que se solidarizam com a causa palestina.

Os jornalistas do Movimento LutaFenaj! apóiam firmemente a luta palestina pela autodeterminação de seu povo. Nosso repúdio à atitude sionista do Estado de Israel não nos impede, contudo, de enxergar que uma parte do povo judeu rejeita a insanidade de seus dirigentes e que também se levanta contra essa truculência típica de nazistas.

Pela autodeterminação da Palestina!

Pelo fim imediato do bloqueio imposto a Gaza e a Cisjordânia por Israel!

Que o Estado de Israel e seus dirigentes paguem por este e por todos os crimes que cometeram!

4 de junho de 2010

MOVIMENTO LUTAFENAJ!

PROGRAMA

Alerta sobre aquisição de alimentos

Rogério Neuwald

A experiência acumulada durante o Governo Lula contribuiu para reforçar a importância da articulação entre a política agrícola, as políticas sociais e as políticas de abastecimento, no caso do Programa de Aquisição de Alimentos, tendo por objetivo garantir o acesso aos diferentes segmentos da população a alimentos de qualidade e promover uma alimentação adequada e saudável, valorizando formas socialmente eqüitativas e ambientalmente saudáveis de produção e comercialização de alimentos e a diversidade de hábitos alimentares.

O caráter inovador do programa traduz-se em diferentes aspectos. Trata-se, antes de mais nada, de um instrumento de política pública que busca intervir sobre uma dimensão estratégica do processo de reprodução da agricultura familiar, ou seja, a sua relação com o mercado, possibilitando um processo de geração de renda centrado na promoção da atividade produtiva, que se diferencia das transferências de renda efetivadas pelos programas de seguridade social ou através do Cartão Alimentação.

Na dimensão da segurança alimentar e nutricional, o programa cumpre o papel da assistência alimentar, os alimentos são distribuídos as pessoas em situação de segurança alimentar beneficiárias de programas sociais. No PAA, pela primeira vez na história do país, efetivamente integram-se política agrícola e de abastecimento, com segurança alimentar e nutricional.

No Programa de Governo de 2007-2010, na página 28, a integração entre política agrícola, política agrária, abastecimento e segurança alimentar está clara. Qualquer separação dessas políticas certamente será um equívoco, pois perderá um dos grandes méritos das inovações do governo Lula no tema da segurança alimentar, que é a transversalidade dessa política.★

TERRA

Experimentando táticas

Lidney Agostinho, membro do DM de SBCampo (SP)

Em dezembro de 2009 ocorreu, na cidade de São Bernardo do Campo, o 25º Encontro Estadual do MST. Cerca de 600 pessoas de diversos assentamentos trouxeram em suas bagagens o anseio de uma nova experiência afim de avançar na luta pela terra.

Nas diretrizes aprovadas estava a criação do Núcleo Urbano do MST.

Várias experiências urbanas já foram tentadas , como a da Anita Garibaldi (Guarulhos) e Santo Dias (São Bernardo), entre outras, sob a direção do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), com o apoio do MST. Agora o MST criou sua própria frente urbana e escolheram o ABC para construir esta experiência.

A idéia é que a luta pela Reforma Agrária não pode ser somente uma reivindicação do campo, tem que transbordar para os centros urbanos.

O Núcleo Urbano, intitulado de Carlos Marighela, tem como coordenador o professor Marcelo Buzeto. Para o fortalecimento dos trabalhos mais três companheiros do MST se mudaram para a região. Algumas atividades já começaram, entre elas o Encontro dos amigos e amigas do MST, que ocorreu no dia 18 de abril no Sindicato dos Servidores de São Bernardo do Campo.★

O ocaso de um breve partido

*Breno Altman**

A política predominante empurrou o PSOL a ser linha auxiliar das forças reacionárias e romper vínculos estratégicos com o campo popular.

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) chega à atual disputa eleitoral com um fiapo da pujança que exibiu em 2006. Dilaceradas por divergências internas, suas lideranças temem não eleger deputados federais para a próxima legislatura. Apenas Heloisa Helena, candidata ao Senado por Alagoas, vislumbra o sorriso da fortuna.

Ao contrário da curva petista, solidamente ascensional desde sua criação até a vitória de 2002, o PSOL rapidamente se transformou em uma agremiação residual. Não se trata apenas de fraqueza eleitoral: a organização tampouco apresenta vínculos expressivos com as lutas sociais ou vigor na batalha das idéias. Sua própria estrutura partidária é uma caricatura dos supostos desvios que critica no PT.

Talvez fosse um projeto fadado ao fracasso desde o nascimento. O surgimento de partidos com vocação para o poder está diretamente ligado ao ascenso dos movimentos sociais e seu potencial de ruptura com as velhas direções. Grupos marginais podem ser criados em qualquer momento, mas partidos de massa são criaturas de um ciclo histórico e dependem de forte deslocamento das camadas populares.

Basta ver as experiências históricas. A social-democracia européia do século XIX seria impensável sem o amadurecimento do capitalismo, as rebeliões de 1848-51 e o aparecimento do pensamento marxista como resposta programática. Os partidos comunistas foram forjados pela vigorosa mobilização operária durante e após a primeira guerra, se afastando progressivamente da influência reformista, até se constituírem como projetos de poder no rastro da revolução russa.

Mesmo os pequenos círculos que se transformaram em potentes organizações políticas são exemplos desse paradigma. Os passageiros do *Granma*, para ficarmos em um caso mitológico, estavam à bordo de uma tremenda rebelião popular, da qual Fidel Castro e seus companheiros se constituíram em ponta de lança. Outras histórias semelhantes, como as dos comunistas chineses ou vietnamitas, também só podem ser entendidas através da sinergia com as lutas populares.

O Partido dos Trabalhadores é emblemático dessa dinâmica. Sua existência seria improvável sem a emergência da classe operária como protagonista do combate contra a ditadura. Esse vetor permitiu a fusão de distintas correntes progressistas e movimentos em um só projeto, superando a crise aberta com a derrota de 1964 e reapresentando-se como alternativa de poder.

Também criou uma situação de alto risco para quem decidisse pensar seu caminho fora desse bloco de classe. O desenvolvimento do PT criou um campo político, cultural e social fora do qual não se faz política de esquerda. As fronteiras desse território abarcam inclusive outros partidos, como o PCdoB. Mas sua violação tem implicado em graves e irrecuperáveis danos para quem se atreve.

Claro que esse cenário poderia ser modificado se houvesse uma frustração profunda que retirasse do PT seu mandato de porta-voz dos pobres da cidade e do campo. Esse foi um dos equívocos dos fundadores do PSOL: visualizaram nas massas trabalhadoras a decepção que lhes afligia.

O irrealismo, porém, não foi o único e talvez nem o principal dos erros cometidos pelos dirigentes do PSOL. As circunstâncias históricas eventualmente permitissem outras escolhas, se a abordagem antipetista não tivesse se transformado no fio condutor de sua existência.

O ambiente de fundação do novo agrupamento esteve marcado pelo mal-estar de uma situação política na qual um governo de esquerda, mas sem maioria parlamentar e controle sobre os demais aparatos do Estado, via-se obrigado a negociar alianças e fazer concessões. A tensão era maior entre funcionários públicos, por conta da reforma previdenciária. Nesse contexto foram expulsos do PT os parlamentares que quebraram a disciplina partidária e se recusaram a votar no projeto do governo.

O processo de consolidação do PSOL, logo em seguida, foi concomitante à ofensiva conservadora de 2005 e a campanha eleitoral de 2006. A agremiação, nas duas oportunidades, confirmou a tática de que seu principal inimigo eram o PT e o governo Lula.

Os líderes psolistas não se constrangeram em atuar ao lado da direita nas comissões parlamentares que fermentavam o clima golpista. Tampouco se acanharam em disputar com Alckmin quem tinha o mais violento discurso oposicionista na disputa presidencial. Terminaram por lavar as mãos no segundo turno daquelas eleições.

Na prática, o PSOL passou a se comportar como certos grupos ultristas, a exemplo do que ocorre na Venezuela, que dividem bandeiras e palanques com a oligarquia porque têm um inimigo em comum. Ou alguém duvida que o PSOL estaria na empreitada pelo impeachment do presidente Lula se tivesse sido essa a aposta da direita?

O caminho trilhado não era a única opção possível. O PSOL poderia ter se convertido no partido mais à esquerda do campo popular. Estaria em condições, nesse papel, de exigir medidas de mobilização popular e aprofundamento das reformas quando os partidos conservadores ameaçaram o governo em 2005. Ou de impor avanços programáticos na segunda rodada da sucessão presidencial, quando seus votos poderiam ter sido decisivos.

Mas isso é história. O fato é que a política predominante empurrou o PSOL a ser linha auxiliar das forças reacionárias e romper vínculos estratégicos com o campo popular. O isolamento, a divisão e o ocaso fazem parte da conta a pagar. ★

***Breno Altman** é jornalista

Sobre o quando, o como e o porquê

*Valter Pomar**

Precisamos eleger Dilma, ao mesmo tempo que precisamos criar condições que nos permitam fazer um terceiro mandato superior: mais senadores, deputados e governadores, mais organização social e uma cultura popular de esquerda.

A medida que as pesquisas indicam a dianteira de Dilma Roussef, o pessimismo que alguns exibiam há apenas 6 meses, transforma-se no oposto, crescendo a tese segundo a qual seria possível uma vitória no primeiro turno.

Possível, é. Aliás, a possibilidade de uma vitória no primeiro turno é filha legítima da tese do plebiscito governo versus oposição, tese que ganhou maioria dentro do PT e que levou o PSB a deixar de lado a candidatura Ciro Gomes.

Entretanto, ao menos por enquanto, trata-se de uma possibilidade que esbarra na candidatura Marina Silva. As mesmas pesquisas que apontam Dilma na frente, também mostram a candidata do PV com 5 a 10 pontos percentuais. O que pode ser mais do que suficiente para forçar um segundo turno.

Recolhendo votos de descontentes de ambos os lados e prometendo governar com o melhor do PT e do PSDB, Marina desempenha objetivamente o papel de linha auxiliar da direita.

Não apenas objetivamente, é bom dizer: suas críticas a Cuba e ao Irã, sua postura frente ao aborto e aos direitos LGBT, sua análise do PAC e sua defesa de uma aliança estratégica com o PSDB ajudam a construir um discurso anti-esquerda.

Registre-se que Marina não precisou mudar, para mudar de lado. Quando estava no PT, sua posição ideológica era exatamente esta, tanto no estado do Acre (onde a maioria partidária foi pioneira na construção de pontes com os tucanos), quanto no plano nacional, inclusive no ministério do Meio-Ambiente.

Que algumas pessoas tenham visto em Marina um contraponto, supostamente de esquerda, a candidatura Dilma, só demonstra confusão político-ideológica.

A direita conta (e vai achar meios de viabilizar isto) com que Marina tenha um desempenho que permita levar a disputa presidencial ao segundo turno. Contam, também, com fissuras e fricções na coligação que apóia Dilma; embora mais útil para eles seria conseguir um vice-presidente para Serra, com potencial eleitoral. Contam, finalmente, com erros políticos e organizativos do lado de cá –que, reza a lenda, inevitavelmente aconteceriam.

Foi um erro deste tipo, em 2006, que ajudou a levar para o segundo turno a disputa presidencial. Paradoxalmente, muitos petistas acreditam que tivemos um segundo mandato Lula melhor do que o primeiro, em parte graças à polarização político-ideológica ocorrida no segundo turno Alckmin versus Lula.

Há quatro anos, Lula disputou o primeiro turno com uma linha relativamente moderada. No segundo turno, radicalizou o discurso, ao mesmo tempo que ampliou as alianças e a votação, ganhando o voto de milhões que no primeiro turno haviam votado no candidato do PSDB. Demonstrando que é possível ser radical e amplo, ao mesmo tempo.

Entretanto, melhor teria sido adotar esta postura já no primeiro turno. Pois, então, o erro que ajudou a nos levar ao segundo turno presidencial, também custou a eleição de parlamentares e causou danos a nossa eleição de governadores.

Neste sentido, se o quando é importante, o como também é: precisamos eleger Dilma presidente da República, ao mesmo tempo que precisamos criar condições institucionais que nos permitam fazer um terceiro mandato superior. Noutras palavras: mais senadores, deputados e governadores.

O melhor, portanto, é uma campanha que faça, no primeiro turno de 2010, o que fizemos no segundo turno de 2006. Paradoxalmente, nosso crescimento nas pesquisas (resultado menos da campanha e mais dos nossos êxitos gerais) não é o melhor estímulo para uma atitude ousada. Pelo contrário, leva alguns setores do Partido a baixar a guarda.

Mas a eleição não está, nem nunca esteve ganha. E não basta ganhar, é preciso criar as condições para governar melhor, até porque a situação internacional, continental e brasileira é tremendamente complexa.

Em poucas palavras: como em outros momentos da história, um setor do grande capital aposta na guerra como solução para sua crise. Na América Latina, há uma contra-ofensiva da direita. E, no Brasil, continuar avançando implica enfrentar questões estruturais, como a reforma tributária e política.

Por tudo isto, precisamos de uma tática eleitoral que esteja preocupada em vencer, o mais rápido possível, elegendo o maior número de governadores, senadores e deputados; mas que, principalmente, seja capaz de transformar apoio eleitoral em movimento político-cultural por reformas profundas na sociedade brasileira.★

***Valter Pomar** é da direção nacional do PT

Dilma: pesquisas confirmam favoritismo

A lenda dos sem-programa

*Artur Araújo**

A operação de marquetagem "Serra-continuador-de-Lula" vem tendo sucesso nas hostes jornalísticas. Ainda que nenhum dado de realidade possa lastrear essa crença – e ainda que sucessivas pesquisas mostrem que o eleitorado não vê o mundo assim – persistem dizendo que as identidades seriam mais profundas que as contraposições. Uma expressão desse fetiche é falar que ao tucano falta um programa.

Que veículos de comunicação partidarizados assim procedam, é do jogo. Interessa-lhes dar guarida à linha de marketing de seu candidato e criar uma pauta que confunda os adversários. Assumir essa fábula como verdade, no entanto, pode desorientar muito.

São três os elementos que enviam a tese ao depósito dos erros políticos. O primeiro é uma avaliação realista do que foram e são as gestões de Serra em São Paulo (a municipal prossegue através de procurador). Geração contínua de reservas de caixa, aplicadas a juros amigos da banca, e estrangulamento financeiro e de gestão dos serviços públicos - educação, saúde, segurança e transportes - sintetizam o modo tucano de governar.

Muito emblemática foi a recusa de Serra e Kassab, ao longo de 2009, a por em prática qualquer ação de corte anticíclico. Às eficazes medidas do governo federal – injeção de liquidez, expansão do crédito via bancos públicos, desonerações tributárias emergenciais, estímulo explícito ao consumo das famílias – retrucaram com crítica contínua e inação continuada.

Um segundo indicador da existência de um programa Serra para o Brasil são as "análises" emitidas por seu entorno. Bastou o Brasil demonstrar o acerto da política de combate à crise proposta por Lula, que nos livrou do retrocesso econômico e social bem antes dos países capitalistas centrais, que a grita se estabeleceu.

Abundam artigos, palestras e entrevistas de "economistas" que narram o apocalipse às portas. Para eles, o Brasil tem "limitantes estruturais" de crescimento e a retomada do desenvolvimento é o caminho para a ruína. Um deles pontifica que, além do limite de crescimento do PIB à taxa de 3,5% ao ano, devemos aceitar que a taxa de desemprego não pode ser menor que 9%. Tudo além disso, em aumento de produção e consumo – ou aquém disso, como mais brasileiros dignamente empregados –, seria inflacionário e desestruturante. Passaram décadas a pregar o "livre" comércio e a desindustrialização do país, defendendo a abertura sem peias às importações e demonizando qualquer tentativa de políticas industriais. Agora são campeões do "equilíbrio das contas externas" e da "revisão do câmbio".

Os três senhores da foto compartilham o mesmo programa

Essa "turma dos com-programa" se recusa a tratar o aquecimento da economia pelo choque de oferta e pela superação de gargalos – de infraestrutura e de formação de mão-de-obra especializada –, lançando mão da indução ou da ação direta do Estado. É a velha "turma dos 30%", os que descobriram um jeitinho de ganhar muito dinheiro com a inclusão, no mercado e na sociedade, de apenas uma parcela dos brasileiros e de uma parte do território nacional. A eles, muito juro, zero risco e gordos honorários, por prestação de serviços aos EUA e à União Européia. Aos excluídos, nem as batatas. Talvez um "programa social focado", que os mantenha dóceis como exército de reserva e espantalho de ameaça aos salários.

O terceiro elemento que nega a falta de programa – e mesmo qualquer identidade programática entre Serra e Dilma – é a trajetória internacional da social-democracia "clássica". Há muito mais semelhanças - ideológicas, políticas, até mesmo estéticas – entre FHC e Serra, do que eventuais diferenças, como querem fazer crer os marqueteiros do tucanato. E basta um rápido olhar em direção ao trabalhismo inglês, ou uma mirada de relance no que fizeram os socialistas franceses e espanhóis, desde a década de 1980, para que se compreenda o que é o PSDB.

Se ainda persistem dúvidas sobre a rendição dos social-democratas ao neoliberalismo, a leitura dos jornais as esclarece, dando conta do que pensa e pratica essa corrente. Fomentaram a desregulamentação dos mercados europeus, tentaram desmontar o "Estado de Bem Estar", deram carta de alforria à alta finança, estimularam bolhas de crédito e imobiliárias. Quando a orgia de produção de capital fictício ficou impotente, endividaram irresponsavelmente seus governos, para socializar os prejuízos da banca. Assim que seus amigos de Wall Street e da City londrina colocaram em dúvida a solvência da Grécia, da Espanha, de Portugal, entre muitos outros, não hesitaram em descarregar a fatura no lombo dos trabalhadores: redução de salários, corte de benefícios, aumento do imposto sobre o consumo, redução de aposentadorias, diminuição de serviços públicos.

A estratégia do Serrinha Paz & Amor tem dado mostras de fadiga. Tensionado pelo insucesso e pela pressão contínua de seu entorno, o candidato testa limites e reorientações. Já andou desenterrando a ALCA, não gostou do Acordo de Teerã, parece que pretende invadir a Bolívia, para lá fazer o que sua polícia não faz em São Paulo. Nesses momentos afloram os traços do que Serra pensa e quer do Brasil.

O ruído entre o que prega a campanha e o que conduz o candidato se faz ouvir e dá mostras do programa que se quer ocultar. É um programa de uma perna só – a mais completa e desabrida hegemonia das finanças e do capital a serviço do Império. Quase um saci. Mas, como o saci, é uma lenda o Serra Sem-Programa. ★

*__Artur Araújo__ é militante do PT-SP

A segunda carta de Manoel

PÁGINA 13 publica a segunda carta enviada pelo companheiro Manoel da Conceição ao companheiro Lula. Enviada de IMPERATRIZ e datada de 03 de junho de 2010, a carta foi enviada também para José Eduardo Dutra, Presidente Nacional do PT; Dilma Rousseff, précandidata do PT à Presidência da República, bem como para a executiva e diretório nacionais do Partido.

Nobre companheiro presidente Lula,

É com a ternura, o carinho e o amor de um irmão, a confiança, o respeito e o compromisso de um companheiro de classe, das organizações e lutas históricas dos trabalhadores e das trabalhadoras desse país e do mundo que me sinto com a liberdade e o direito de lhe enviar esta 2ª carta, tratando de questões que compreendo ter muito a ver com a responsabilidade do companheiro tanto como agente político das lutas em prol da justiça social para a classe trabalhadora como também na qualidade de um primeiro presidente da república legitimamente forjado nas organizações e lutas desse povo excluído, sofrido, mas que é capaz de realizar o impossível enquanto força social e política organizada e consciente do seu projeto de libertação classista.

Dirijo-me ao companheiro com a minha identidade de trabalhador rural, de sindicalista, de ambientalista, de humanista e de militante e fundador do Partido dos Trabalhadores, o qual comecei a sonhar e trabalhar na sua criação quando ainda me encontrava no exílio, juntamente com honrados e honradas companheiros e companheiras que havíamos sido banidos do nosso país pela intolerância de um governo totalitário e de regime militar.

Porém, minha identidade social, política e classista se origina bem antes da criação do PT e da CUT, instrumentos classistas dos quais me orgulho de ter sido co-fundador, juntamente com o companheiro e um conjunto de honrado(a)s e legítimo(a)s militantes e intelectuais orgânicos da classe trabalhadora.

Na realidade companheiro Lula minha história de luta social e política se originou aqui mesmo no Maranhão, estado do qual sou filho natural com minha matriz étnica negra e indígena.

Agora em julho de 2010 completarei 75 anos de idade. Quando eu era ainda jovem vi meu pai e muitas famílias agricultoras serem massacradas e enxotadas de suas posses por latifundiários, coronéis e jagunços, acobertados e protegidos por um governo oligárquico. Certa vez presenciei um grande massacre de companheiros meus quando estávamos reunidos em uma pequena comunidade rural do interior do Maranhão. Neste dia fomos atacados de forma covarde por um grupo de soldados e jagunços, que sem a menor chance de defesa assassinaram 5 pessoas, dentre elas uma criança que correu prá abraçar o pai caído no chão e foi pego pelas pernas e arremessado contra a parede que a cabeça abriu espalhando os seus miolos, também uma velhinha, que tentou impedir a morte do filho foi cravada de punhal em suas costas, ficando rodando no chão espetada. Eu escapei por puro milagre com um tiro na perna, mas me tornei mais revoltado ainda com a classe latifundiária e jurei perante a comunidade a lutar o resto de minha vida contra os latifundiários e suas injustiças.

Presenciei um segundo massacre em 1959 quando estávamos novamente reunidos em uma comunidade por nome Pirapemas para preparar a defesa de uns companheiros que estavam sendo acusados de ter invadido uma propriedade e roubado umas frutas do sítio. Neste dia chegou um grupo de uns 20 policiais, soldados, tenente, cabos e um sargento. Ao chegarem ao local da reunião o sargento perguntou quem era o presidente da associação, e como foi respondido que não havia presidente o sargento falou: pois então todos são presidentes e vão levar bala. Neste dia foram assassinados sete companheiros e três outros ficaram gravemente feridos.

Minha primeira motivação para a luta era sustentada em pura revolta, ódio dos exploradores da minha família e das famílias camponesas da mesma região que habitávamos. Sem a menor consciência política e dominado pelo ódio eu cheguei a acreditar que a libertação dos trabalhadores de tal estado de sujeição dependeria de um salvador da pátria, de um homem corajoso, de um herói que com o apoio eleitoral dos oprimidos iria por fim a tal dominação. A partir desse entendimento extremamente limitado e de um profundo sentimento de revolta pela violência testemunhada e sofrida, vi surgir na minha ingenuidade uma esperança para salvar a massa camponesa do jugo dos latifundiários apadrinhados pelo poder da oligarquia viturinista que comandava o estado do Maranhão. O nome dessa esperança era José Sarney.

Com um discurso muito bem elaborado e com a radicalidade de um revolucionário Sarney prometia exatamente o que nós camponeses queríamos ouvir: um Maranhão ⇨

Ultimamente eu tenho vivido as maiores angústias que um homem com minha trajetória de vida é capaz de imaginar e suportar. Receber a imposição de uma tese defendida pela Direção Nacional do meu partido e até onde me foi informado pelo próprio companheiro presidente de que o nosso projeto político e social passa agora pelo fortalecimento da hegemonia da oligarquia sarneysta no Maranhão.

novo e livre de oligarquia, reforma agrária, punição dos crimes cometidos contra as famílias camponesas e indenização dos prejuízos a elas causados pelo gado dos fazendeiros. Eu acreditei no discurso do cidadão e me tornei um aguerrido cabo eleitoral, andando a cavalo em todas as comunidades da região fazendo sua campanha. Resultado, com uma grande adesão popular, elegemos o José Sarney em 1965 para ser o governador do Maranhão. Nessa época eu já era presidente do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Pindaré Mirim, que congregava trabalhadores rurais de toda a grande região do Pindaré. Mesmo sem ainda ter uma sólida consciência de classe eu já havia sido preso e espancado severamente pela polícia da ditadura militar. Foi por conta dessa perseguição que eu passei a acreditar nas promessas do Sarney que caso fosse eleito iria ser uma força aliada dos trabalhadores contra a repressão da ditadura militar.

No dia 13 de julho de 1968 o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Pindaré Mirim havia convocado uma reunião da categoria para receber a visita de um médico para tratar questões relacionadas à saúde dos associados e associadas. O Prefeito do município na época mandou informar que iria fazer uma visita ao sindicato neste mesmo dia. Por volta das 10 horas da manhã chegou um pessoal dizendo que queria falar com o presidente do sindicato. Quando eu apontei na porta fui recebido por tiro de fuzil que estraçalhou minha perna. A ação e os disparos foram efetuados pela polícia militar. Outros companheiros também foram atingidos por bala, mas felizmente não houve morte. Eu fui levado aprisionado e jogado na cadeia sem receber nenhum tratamento no ferimento, o que levou minha perna a gangrenar e ter que ser amputada. Sarney se encontrava em viagem para o Japão e quando retornou manifestou desconhecimento da questão e mandou seus assessores manter contato comigo, oferecendo apoio para a minha família, uma perna mecânica, uma casa e outras ofertas, desde que eu me tornasse um defensor do seu governo. Eu respondi que não estava preso por ser bandido, que minha perna tinha sido arrancada por bala da própria polícia militar do estado sob seu governo. Portanto, minha perna era responsabilidade da classe que eu representava, minha perna era a minha classe. Desde então eu passei a ser considerado um inimigo do Estado militar, passando a ser alvo de permanente perseguição. Fui preso 9 vezes e submetido às piores torturas que um ser humano é capaz de suportar. Vi muitos de meus companheiros e companheiras serem torturados e morto(a)s por ordem do governo militar do qual Sarney se tornou parte num primeiro momento como governador do Maranhão e posteriormente como Senador Biônico. Vale ressaltar que foi no primeiro governo da nascente oligarquia Sarney, que foi promulgada a Lei Estadual 2.979, regulamentada pelo Decreto 4.028 de 28 de novembro de 1969, a qual facultava a venda de terras devolutas sem licitação a grupos organizados em sociedade anônima. Essa lei foi o maior instrumento de legalização da grilagem das terras do Maranhão, particularmente na região do Pindaré (ASSELIN, 1982, p. 129). Essa grilagem promoveu a expulsão das famílias agricultoras de suas posses e a migração de milhares de famílias camponesas maranhenses para outros estados.

Manoel e Flávio Dino (PCdoB): a voz do povo

O clã Sarney: faces da oligarquia

Eu escapei com vida, embora mutilado e com seqüelas físicas e psicológicas profundas, por conta da solidariedade da anistia internacional, das igrejas católicas e evangélicas, da AP como principal mobilizadora dos apoios e até do Partido Comunista do Brasil que na ocasião fez uma ampla campanha internacional pela preservação da minha vida.

Finalmente, fui exilado na Suiça de onde continuei denunciando as atrocidades da ditadura militar nas oportunidades que tive de viajar por vários países europeus. Foi também no exílio juntamente com companheiros refugiados que começamos a discutir a idéia já em discussão no Brasil de criação do Partido dos Trabalhadores e também de uma central sindical.

Meu companheiro Lula, hoje vivemos um novo momento na história do Brasil; aquelas lutas dos anos 50, 60, 70, 80 e 90 não foram em vão; tivemos prejuízos enormes, pois muitas vidas foram ceifadas pela virulência dos detentores do poder do capital; porém, temos um saldo expressivo de vitórias; hoje temos um partido que se tornou a maior expressão política da classe trabalhadora na América Latina; temos o melhor presidente da história desse gigantesco país, que ironicamente é um trabalhador operário e nordestino, que assim como eu quase não teve acesso a estudos escolares. Eu confesso a você que sinto um imenso orgulho de ter participado desde os primeiros momentos da construção dessa grandiosa e ousada empreitada. Porém, companheiro presidente, ultimamente eu tenho vivido as maiores angustias que um homem com minha trajetória de vida é capaz de imaginar e suportar. Receber a imposição de uma tese defendida pela Direção Nacional do meu partido e até onde me foi informado pelo próprio companheiro presidente de que o nosso projeto político e social passa agora pelo fortalecimento da hegemonia da oligarquia sarneysta no Maranhão. Eu sei do malabarismo que o companheiro presidente tem precisado fazer para garantir alguma condição de governabilidade, porém, sei do alto custo que é cobrado por esses apoios conjunturais, e que nosso governo vem pagando a todos esses ônus. Companheiro, tudo precisa ter algum limite e tal limite é a nossa dignidade. O que

está sendo imposto a nós petistas do Maranhão extrapola todos os limites da tolerância e fere de morte a nossa honra e a nossa história. Eu pessoalmente, há mais de 50 anos venho travando uma luta contra os poderes oligárquicos e contra os exploradores da classe trabalhadora neste país. Por conta disso perdi dezenas de companheiros e companheiras que foram barbaramente trucidados por essas forças reacionárias. Como que agora meus próprios companheiros de partido querem me obrigar a fazer a defesa dessas figuras que me torturaram e mataram meus mais fieis companheiros e companheiras. Vocês podem ter certeza que essa é a pior de todas as torturas que se pode impor a um homem. Uma tortura que parte dos próprios companheiros que ajudamos a fortalecer e projetar como nossos representantes no partido e na esfera de poder do Estado, na perspectiva de um projeto estratégico da classe trabalhadora. Estou falando do fundo de minha alma em honra à minha história e à de meus companheiros e companheiras que foram assassinadas pelas forças oligárquicas e de extrema direita neste país.

Estou animado para fazer a campanha da companheira Dilma, assim como para fazer uma aguerrida campanha política em prol do fortalecimento do PT no Maranhão e para construir um projeto político alternativo à oligarquia sarneysta, juntamente com os partido do campo democrático e popular na Coligação PT, PCdoB e PSB. Esta foi a tática vitoriosa em nosso encontro estadual realizado nos dias 26 e 27 de março, que aprovou por maioria de votos, da forma mais transparente possível e cumprindo todos os preceitos legais o nome do companheiro Flávio Dino para candidato dessa aliança legitimamente de esquerda e respaldada pelas mais expressivas organizações da classe trabalhadora deste estado que publicamente se manifestaram, a exemplo da Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAEMA e a CUT. Assim, penso que Estamos sendo coerentes com a nossa história e identidade classista. Portanto, estou fazendo este apelo ao mais ilustre companheiro de partido e confessando em alto e bom som que não aceitarei sob nenhuma hipótese a tese de que nestas alturas de minha vida eu tenha que negar minha identidade e desonrar a memória de meus companheiros e companheiras que foram caçados e exterminados pela oligarquia e os detentores do capital no Maranhão, no Brasil e mundo inteiro.

Lamento e peço desculpas se este meu posicionamento desagrada o companheiro e a Direção Nacional do PT, mas não posso me omitir diante de uma tese destruidora de nossa identidade coletiva e que representa a negação de tudo que temos afirmado nas nossas palavras e ações. Espero poder contar com a solidariedade e compreensão do meu histórico companheiro de utopias e lutas.

Atenciosamente,

Manoel Conceição Santos
membro fundador do PT e primeiro Secretário Agrário Nacional

DIRETÓRIO

Respeitar as decisões legítimas

A prioridade do PT é a eleição da companheira Dilma Roussef presidenta da República, como definiu o IV Congresso do PT, em função da qual propôs e busca uma aliança eleitoral que engloba não apenas os partidos historicamente aliados ao PT, como o PCdoB, PSB e PDT, como também outros partidos que fazem parte da base de apoio ao Governo Lula, como o PMDB.

No estado do Maranhão, como em outros estados, vide o Rio Grande do Sul, o PT pela sua instância máxima, o Encontro Estadual, não aprovou coligação com o PMDB, e no Maranhão decidiu se aliar ao PCdoB, apoiando o Deputado Federal Flávio Dino como candidato a Governador; decisão esta compatível com a política nacional de alianças do PT.

O Encontro Estadual do PT do Maranhão que tomou esta decisão revelou uma divisão clara do partido em dois blocos, contudo foi cristalina e legítima a decisão majoritária pelo apoio ao candidato do PC do B, conforme testemunho dos representantes do Diretório Nacional do PT que, em momento algum, registrou e relatou atos que pudessem invalidar a votação.

Contra a decisão do Encontro Estadual do PT-MA se rebelou uma parcela do partido, tentando fazer uma aliança de fato com a candidata do PMDB e posteriormente fazer um simulacro de legitimação desta atitude através de um abaixo-assinado de delegados. Ademais de ser um instrumento inadequado e não estatutário para se promover decisões partidárias, sobre ele pesam sérias acusações de corrupção de delegados para assiná-lo.

Neste contexto de divisão do partido naquele estado, o Diretório Nacional deve se pautar pela defesa da integridade, autonomia e legitimidade das instâncias e decisões partidárias legítimas, o que implica reconhecer a decisão do Encontro Estadual do PT-MA de apoiar a candidatura do Deputado Flávio Dino, do PC do B, à Governador do Estado, em torno do qual deve buscar a unidade do PT. ★

Iriny Lopes,
Valter Pomar,
Renato Simões e
Gilney Viana,
membros do Diretório Nacional do PT

Julho em Caruaru

*Lício Lobo**

Prosseguindo no trabalho de formação política da corrente, a Escola de Quadros da Articulação de Esquerda promoverá no próximo mês de julho, no período de 5 a 18/7, a 5ª Jornada Nacional de Formação Política da corrente, desta vez na cidade de Caruaru em Pernambuco, no Santuário das Comunidades.

Serão oferecidos dois cursos, com duração de uma semana cada:

a) Estudo das Resoluções da Articulação de Esquerda, de 5 a 11/7;

b) Desenvolvimento do capitalismo e luta pelo socialismo no Brasil e na América Latina, de 12 a 18/7 (incorporando o "seminário sindical da AE").

Mesmo considerando o período eleitoral, é fundamental a mobilização das instâncias para a indicação de militantes para o processo de formação, atividade sistemática e permanente da corrente.

A presente jornada foi planejada levando em consideração as necessidades da conjuntura e será realizada no período de férias escolares e de modo a garantir que a militância, ao seu final, possa se dedicar com ganho às tarefas da campanha eleitoral e das mobilizações e lutas sociais, pois afinal, a boa teoria é a matriz da boa prática.

A partir de debate no secretariado da corrente decidimos realizar a jornada nacional pela primeira vez fora de São Paulo, num esforço para facilitar o acesso dos companheiros e companheiras do nordeste. A partir do balanço desta experiência estudaremos a oportunidade de realizar as próximas jornadas nacionais em outras regiões, porém ressaltamos o fato de que um dos aspectos importantes destes espaços de formação é que conseguimos propiciar o encontro e a integração de companheiros e companheiras das diversas regiões do Brasil, pelo que permanece importante a orientação de que todos os estados se esforcem ao máximo para o envio de militantes.

Outra característica importante da presente jornada é que inserimos no corpo do Curso 2, o temário do "Seminário Sindical da AE", com o objetivo de aprofundar entre nós o debate, estudo e elaboração sobre a questão sindical. A orientação então é para que o maior número possível de sindicalistas se inscreva para o curso 2.

No box, segue a grade da programação dos cursos e informações importantes.

Nos encontramos em julho, em Caruaru!

***Lício Lobo** é membro do DNAE

5ª Jornada Nacional de Formação Política da AE De 05/07 a 18/07/2010 Santuário das Comunidades - Caruaru/Pernambuco

■ **CURSO 1 - de 05/07 a 11/07**
ESTUDO DAS RESOLUÇÕES DA ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA

Dia 05/07 – Segunda Feira
Manhã: Abertura, apresentação
Tarde: Resoluções da X Conferência Nacional da AE: Socialismo/Estratégia/Bloco Histórico
Noite: Livre (Cinema)

Dia 06/07 – Terça Feira
Manhã: História da Luta pelo Socialismo (HLPS), o período 1848-1917
Tarde: HLPS, a Revolução Russa
Noite: HLPS, a Revolução Chinesa

Dia 07/07 – Quarta Feira
Manhã: HLPS, a Revolução Cubana e as guerrilhas na América Latina
Tarde: HLPS, o governo da Unidade Popular no Chile
Noite: HLPS, o momento atual da luta de classes, neoliberalismo e imperialismo

Dia 08/07 – Quinta Feira
Manhã: Resoluções da X Conferência - a questão do Programa, a questão do Partido
Tarde: Resoluções da X Conferência – feminismo e luta socialista
Noite: Livre (Cinema)

Dia 09/07 – Sexta Feira
Manhã: História do Brasil (1500-1930)
Tarde: História do Brasil (1930-1964)
Noite: História do Brasil (1964-1980)

Dia 10/07 – Sábado
Manhã: História do PT (1980-2010) e História da AE(1993-2010)
Tarde: História do Governo Lula
Noite: Festa de Confraternização

Dia 11/07 – Domingo
Manhã: Avaliação e encerramento
Tarde: Retorno para os estados

■ **CURSO 2 - de 12/07 a 18/07:**
DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E LUTA PELO SOCIALISMO NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA

Dia 12/07, segunda feira
Manhã: Abertura e apresentação
Tarde: Situação atual, panorama da conjuntura nacional e internacional
Noite: Livre - cinema

Dia 13/07, terça feira
Manhã: Desenvolvimento capitalista e história da luta pelo socialismo: análise marxista do capitalismo
Tarde: Desenvolvimento capitalista e história da luta pelo socialismo no mundo
Noite: Livre - cinema

Dia 14/07, quarta feira
Manhã: Desenvolvimento capitalista e história da luta pelo socialismo na América Latina
Tarde: Desenvolvimento capitalista e história da luta pelo socialismo no Brasil
Noite: Livre - cinema

Dia 15/07, quinta feira
Manhã: Programa e estratégia democrático-popular e socialista nas condições da luta de classe no Brasil atual
Tarde: Balanço do governo Lula e propostas para o governo Dilma, à luz da estratégia
Noite: Programa e estratégia democrático-popular e socialista no Brasil sob a perspectiva da luta das mulheres

Dia 16/07, sexta feira – seminário sindical
Manhã: Classe trabalhadora, luta sindical e estratégia democrático-popular e socialista
Tarde: História do movimento sindical brasileiro
Noite: Conjuntura do movimento sindical no mundo e brasileiro

Dia 17/07, sábado – seminário sindical
Manhã: Detalhando a linha sindical da AE: concepção e prática sindical
Tarde: Detalhando a linha sindical da AE: convenção 87 da OIT, proporcionalidade nos sindicatos, federações e confederações, convenções cutistas
Noite – Festa de confraternização

Dia 18/07, domingo
Manhã: Avaliação e encerramento
Tarde: Retorno para os estados

INFORMAÇÕES E ORIENTAÇÕES IMPORTANTES

VALORES DA INSCRIÇÃO: Curso 1: R$ 300,00 Curso 2: R$ 300,00
Inclusos nos valores de inscrição acima: hospedagem, alimentação e traslados Recife-Caruaru e Caruaru-Recife

TRASLADOS: Nos dias 4/7 e 11/7, respectivamente vésperas dos inícios dos cursos 1 e 2, haverá transporte saindo de Recife para Caruaru às 19 horas, de modo a que todos e todas pernoitem no local do curso. Nos dias 11/7 e 18/7, datas de encerramentos dos cursos 1 e 2, haverá traslado de Caruaru para Recife no período da tarde.

INSCRIÇÕES: Devem ser feitas através de envio de mensagem eletrônica para liciolobo@uol.com.br (com cópia para edmavalquer@uol.com.br) mencionando nome, e-mail, telefone, endereço completo e área de militância, e indicando se pretende cursar o Curso 1, Curso 2 ou ambos (caso em que o valor da inscrição será de R$ 600,00).

China, Irã e Estados Unidos

*AntonioFattore**

O governo americano reagiu nervosamente ao acordo Brasil/Turquia/Irã. O acordo conseguirá evitar uma nova "rodada" de sanções ou os Estados Unidos insistirão na atual política de ter o consenso das grandes potências para justificar uma nova condenação do Irã, preparando as condições para uma eventual nova guerra? E, nesse caso, qual será a postura da China na hora de votar na Comissão de Segurança da ONU? Usará ou não o direito de veto?

Para tentar responder estas perguntas precisa-se considerar a enorme pressão que o governo dos Estados Unidos está exercendo sobre a China particularmente depois da eleição de Obama. É uma pressão feita de:

O Governo chinês deu um parecer positivo ao acordo costurado pelo Brasil e a Turquia com o Irã, mas isso não significa automaticamente que a China vetará uma quarta rodada de sanções. Eventualmente, agir para retardar e abrandar as eventuais sanções ao Irã pode ser a opção da China.

1. Apoio secreto (nem tanto!) financeiro e político aos movimentos separatistas no Tibet e na região a maioria mulçumana do Xinjiang. É bom lembrar que estas duas regiões têm menos de 2% da população total da China, mas representa mais de 30% de todo o território nacional.

2. Pressão para a China autorize a abertura dos 50 km de sua fronteira para o Afeganistão, garantir assim o abastecimento militar das tropas dos Estados Unidos e da OTAN. Até o momento, a China negou a autorização.

3. Fornecimento de novos armamentos em função antichinesa ao regime de Taiwan. Vale ressaltar, que Taiwan sempre foi parte da China.

4. Apoio imediato e irrestrito a Seul na atual grave crise com a Coréia do Norte com ameaça de mobilização das tropas americanas (35 mil nas bases do Sul da Coréia). A China pediu uma postura mais prudente e menos aventureira.

5. Campanha imediata, visando a China como responsável do fracasso de Copenhagem. Isso, vindo de um país, os Estados Unidos, que têm emissões per capita de Co2, cinco vezes superiores aqueles dos chineses.

6. Ameaça de declarar oficialmente a China "manipulador do câmbio". Uma ofensa em termos diplomáticos e uma violação explícita do direito de qualquer país a determinar sua própria política cambial.

Uma parte desta pressão (são os jornais chineses que falam disso) tem por objetivo de pressionar a China à não vetar a quarta "rodada" de sanções. E isso também confiando no fato que a China não vetou as três rodadas de sanções contra o Irã.

É bom lembrar que o Governo chinês deu um parecer positivo ao acordo costurado pelo Brasil e a Turquia com o Irã, mas isso não significa automaticamente que a China vetará uma quarta rodada de sanções. Eventualmente, agir para retardar e abrandar as eventuais sanções ao Irã pode ser a opção da China.

Mas a atual pressão estadounidense sobre a China vai além da questão das sanções. Esta pressão tem motivações ainda mais profundas, que vem da cultura política americana, que vê no sucesso extraordinário, social e econômico, de mais de um bilhão de chineses e do seu governo socialista uma ameaça ao prestígio e ao poder dos Estados Unidos. É o velho fantasma da guerra fria que reaparece para distrair a opinião pública nacional e internacional dos problemas e das contradições da "pátria" do capitalismo. Ontem era a URSS, hoje é o terrorismo, amanhã pode ser a China.

Mas, frente dessas pressões, qual é a resposta da China?

Em geral, a estratégia da China frente a uma possível deterioração das relações com os Estados Unidos é baseada na construção de uma rede de interesses econômicos bilaterais, que envolvem profundamente a economia americana. A China compra boa parte da dívida pública americana, privilegia o dólar nas transações comercias, sustenta diretamente e indiretamente os consumos da família americana, abre espaço aos investimentos diretos das multinacionais, compra a tecnologia made in USA.

Além disso, multiplica as ocasiões para discussões bilaterais nas diferentes áreas (econômica, cultural, científica, até militar), tentando impedir que as divergências e os conflitos de interesses se consolidam e possam virar ocasião de rupturas.

Além disso, existe uma ligação profunda que faz das relações entre a China e os Estados Unidos uma "relação especial" (a diferença com os paises da Europa e o Japão, para os quais as críticas por parte da China são bem mais explícitas).

Para compreender a origem desta "relação especial" (além do reconhecimento realístico do poder militar da superpotência americana), é preciso considerar fatores históricos. Os Estados Unidos não colonizaram diretamente pedaços da China (como fizeram o Japão, a Alemanha, a França, a Rússia), ajudaram à revolução democrática de Sun Yat-Sen, combateram ao lado dos chineses contra os japoneses. Uma política que a direita americana daquele período criticou, a ponto do macartismo denunciar o general Marshal como "traidor" e responsável pela vitória dos comunistas chineses em 1949.

Um fator que liga os dois paises, além de importantes comunidades chinesas em território americano, é a presença de mais 300 mil estudantes, provenientes de todas as províncias da China, nas universidades americanas. A previsão é que em 2020 serão mais de 2 milhões os chineses que passaram por uma experiência de vida e de trabalho nos Estados Unidos. Tudo isso fortalece as ligações entre a sociedade chinesa e a sociedade americana e deveria favorecer aquele mútuo conhecimento que é um dos melhores antídotos contra os conflitos. E o mundo inteiro todo tem interesse nisso.★

***Antonio Fattore** é jornalista

O império aposta na guerra

A grande incógnita é saber em que medida o surgimento de novos pólos de poder – o verdadeiro multilateralismo – será capaz de conter a truculência estadunidense.

*Igor Fuser**

Duas grandes tendências se destacam no atual cenário político global. De um lado, a militarização da política externa dos Estados Unidos como um meio de prolongar sua posição de supremacia em meio a um inegável declínio econômico. Do outro, a crescente influência das potências médias ou "emergentes", como a China, a Rússia, a Índia, a África do Sul, a Turquia e, evidentemente, o Brasil.

A persistência da força militar como elemento central na conduta dos EUA contradiz as expectativas de substituição da política externa arrogante e truculenta de George W. Bush por um enfoque mais conciliador e flexível – o tão falado "multilateralismo".

Ao menos no que se refere aos assuntos externos, a mudança prometida por Barack Obama se limitou à retórica. Antes mesmo da posse, seu silêncio cúmplice perante o massacre de palestinos pelas forças israelenses em Gaza já indicava o que estava por vir. A presença de Hillary Clinton, uma ostensiva simpatizante de Israel, à frente da Secretaria de Estado equivale a uma carta branca às políticas expansionistas do país aliado.

Na sua política externa, Obama dá seqüência a uma linha de continuidade que se estende por sucessivos governos, incluindo o Bush pai, Clinton e o Bush filho. "Os objetivos estratégicos e as prioridades do império estadunidense permanecem os mesmos, assim como os principais teatros e métodos de operação", escreveu Tarik Ali na *New Left Review*.

Desde a década de 80, o Oriente Médio ocupa um lugar central nas preocupações de Washington. Lá se situam dois terços das reservas mundiais de petróleo. Assim como a infame invasão do Iraque, em 2003, tinha no controle do petróleo iraquiano o seu motivo principal, a atual escalada das pressões contra o regime iraniano só pode ser entendida à luz de uma realidade fisica: o Irã ocupa o segundo lugar entre os países possuidores das maiores reservas petrolíferas do mundo. Uma "mudança de regime", eufemismo usado nos EUA para designar a derrubada de governos hostis, elevaria a participação do Irã no mercado global de energia, aliviando a pressão sobre os preços, ao mesmo tempo em que removeria o último obstáculo ao controle geopolítico do Oriente Médio pelos EUA.

Nesse terreno decisivo, Obama segue fielmente a linha dos seus antecessores. A reação irada do seu governo ao acordo obtido por Brasil e Turquia para resolver o impasse nuclear sugere que, por trás de todo o alarde exibido pelos EUA em torno do suposto plano de uma bomba atômica iraniana, o que existe mesmo é a busca de pretexto para uma ofensiva que visa asfixiar o regime dos aiatolás até sua queda ou rendição.

Essa política agressiva tem sido mantida por Obama no conflito que agora envolve Afeganistão e Paquistão em um único teatro de operações, o chamado "Afpak". Cumprindo o que anunciou em campanha, o presidente elevou a presença militar dos EUA na região a 100 mil combatentes, intensificando as incursões de aeronaves não-tripuladas (os "drones") contra os insurgentes muçulmanos nos dois países, com elevado número de vítimas civis.

Quanto ao Iraque, as promessas de Obama se revelaram uma grande fraude: agora se sabe que, após a "retirada", 50 mil militares permanecerão no país, espalhados em 14 bases.

Na América Latina, a única mudança é uma atitude mais pró-ativa do governo Obama na busca de reverter a erosão da influência estadunidense ao longo da última década.

A implantação de bases militares na Colômbia, a reativação da Quarta Frota e, por fim, o endosso ao golpe militar em Honduras são posturas coerentes entre si. Trata-se de preservar o controle sobre a única região do planeta onde a hegemonia dos EUA se manteve incontestada ao longo de todo o século XX – uma situação confortável que agora se vê ameaçada por um anseio autonomista que, pela primeira vez, é compartilhado por diversos governos, ainda que com perspectivas distintas e em graus variados.

A grande incógnita é saber em que medida o surgimento de novos pólos de poder – o verdadeiro multilateralismo – será capaz de conter a truculência estadunidense.

A China e a Rússia, até agora, esforçam-se por moderar as iniciativas mais belicistas do império, sem encarar os custos elevados de uma oposição frontal. Ambos priorizam o âmbito regional. A Índia aceitou uma aliança estratégica com os EUA em troca do reconhecimento de seu arsenal nuclear e a Turquia permanece, no fundamental, um firme integrante da Otan. O Brasil, que no governo Lula assumiu seu papel como ator relevante no cenário mundial, deverá em um provável mandato presidencial de Dilma Roussef aprofundar a política externa autônoma e soberana dos últimos oito anos. Essa expectativa dá à atual campanha uma dimensão que transcende os planos nacional e até mesmo regional – no Brasil, não é exagero dizer, estão em jogo as esperanças mundiais de enfrentar o militarismo dos EUA e alcançar uma configuração de poder efetivamente multilateral. ★

***Igor Fuser** é jornalista, professor na Faculdade Cásper Líbero

Será o primeiro acordo de uma nova era?

100 ANOS

Pagu presente!

Irene dos Santos*

Quando as novas e as futuras gerações de militantes de esquerda se debruçarem para estudar os primeiros e heróicos tempos do movimento de mulheres no Brasil, um nome se destacará pela vivacidade, ousadia e brilho intenso, e também pela importância histórica e dramaticidade da sua trajetória: **Patrícia Galvão**, **a Pagu.**

Desde cedo Pagu disse a que viria. Aos 18 anos, no contexto de efervescência política, econômica e cultural marcada pela grande crise de 1929 e pelas movimentações que levariam à Revolução de 1930, Pagu tomaria parte ativa na fase mais radical do *"movimento antropofágico"*, junto com Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Raul Bopp e outros artistas e intelectuais.

Balançando a roseira da acomodação da vanguarda do movimento modernista de 1922, a "antropofagia" centraria seu fogo no ataque aos "complexos da civilização ocidental".

O retorno ao "*Matriarcado de Pindorama"***,** avesso à propriedade privada e à repressão "civilizada" dos instintos, seria o mote para uma reorganização da sociedade em bases livres e igualitárias. Daí ao questionamento do papel subalterno reservado às mulheres desde tempos imemoriais, e particularmente sob o capitalismo, para Pagu foi um passo.

Subvertendo na prática a hipocrisia da moral sexual vigente na São Paulo conservadora das primeiras décadas do século XX, Pagu será também pioneira ao denunciar a questão da violência machista contra as mulheres e sua impunidade.

Assumir então uma posição política de classe era para ela uma conseqüência e um imperativo. Nas palavras mesmas de Pagu, em retrospectiva, numa lúcida caracterização daqueles tempos, em que a disputa literária e artística facilmente se desdobrava em opções políticas radicalmente opostas, ela escreveria o seguinte:

"Na nossa vida semicolonial, continuavam a ser ouvidas as vozes do mundo: o movimento literário, intelectual, brasileiro, dividiu-se em três correntes nítidas. Mário de Andrade mantém-se, com seu grupo, muito próximo e dentro mesmo, do Partido Democrático, que se distende até o movimento constitucionalista de 32; ***Oswald de Andrade e o seu grupo, na pesquisa do socialismo, distribui-se pelas idéias da extrema esquerda até o comunismo militante, cuja experiência fizeram nos primeiros anos após 30****; e o grupo que saíra de uma mitologia sob medida talhada no totem da "Anta", tingida pelo verde-amarelismo, encarnaria o mussolinismo caboclo, com Plínio Salgado e os seus integralistas".*

Conseqüente com suas opções, Pagu passa a militar no PCB. Em 1931 é presa, em Santos (SP), ao participar de um comício em homenagem a Sacco e Vanzetti, quando um estivador negro morre em seus braços, fuzilado pela polícia getulista.

Atendendo à diretriz partidária da "proletarização" do período "classe contra classe", Pagu exerce o trabalho de tecelã e lanterninha em cinemas do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que exerce intensa militância política e escreve o romance "Parque Industrial", lançado em 1933. Esgotada fisicamente e visada pela policia política, Pagu segue em viagem pelos Estados Unidos, Japão, China, URSS, Alemanha e França, trabalhando como correspondente de vários jornais.

Em Paris, milita nas fileiras do Partido Comunista Francês no período efervescente da Frente Popular. Quando cai o governo de esquerda, é presa e enviada de volta para o Brasil, onde vai encontrar um país sob clima de intensa agitação política, com a polarização entre a ANL, dirigida pelos comunistas e a Ação Integralista Brasileira, de direita.

Com o fracasso da tentativa de insurreição comunista de 1935, Pagu seria uma das milhares de pessoas atingidas pela intensa repressão que se seguiu. Amargou cruéis torturas durante cinco anos de prisão nos cárceres da ditadura do Estado Novo.

Ao sair da prisão, em 1940, rompe com o PCB, sem abandonar a perspectiva da luta pela transformação social. Em 1945, participa com Mário Pedrosa, militante e crítico de arte que viria a ser um dos fundadores do PT, do grupo que edita a revista Vanguarda Socialista.

Na década de 50, Pagu se candidata a uma cadeira de deputada estadual na Assembléia Legislativa de São Paulo pela legenda do PSB, quando lança o panfleto Verdade e Liberdade, crítica do stalinismo do PCB e da direita reacionária que, nas suas palavras, *"não quer ver que a civilização atual esgotou as suas possibilidades de permanência dominante"*.

Nos seus últimos anos de vida, até o seu falecimento em 1962, desenvolveu intensa atividade no campo da crítica das artes e da produção teatral, tendo sido precursora na montagem de peças de vanguarda como *"A cantora careca"* de Ionesco e *"Fando e Lis"* de Arrabal.

Passados cem anos do nascimento de Pagu, o Brasil mudou, e muito disto se deve à luta das mulheres. Somos herdeiras de Pagu na sua insubmissão e ousadia, no questionamento da ordem "natural" das coisas.

O caminho a trilhar é longo e árduo. É sempre bom lembrar do quanto a direita reacionária é capaz e como odeia a luta das mulheres, de como as mesmas agruras por que passou Pagu são hoje suportadas por milhares de lutadoras, a exemplo da companheira Rose, militante do MST e vereadora do PT, que foi recentemente encarcerada e teve seu mandato parlamentar injustamente cassado pelo simples fato de lutar pela reforma agrária.

Batalhar para eleger a companheira Dilma a primeira mulher presidenta do Brasil é um voto em legitima defesa das mulheres e dos trabalhadores, a melhor homenagem que faremos para a Pagu nestes cem anos do seu nascimento.★

***Irene dos Santos** é vereadora do PT em Diadema/SP